

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Deve ter passado despercebido à maior parte das pessoas o contraste apresentado pelas crises venezuelana e boliviana. Na Venezuela, nos primeiros meses do segundo mandato do presidente Hugo Chavez, um golpe de Estado articulado pelos setores mais conservadores, depôs o presidente eleito, encarcerou-o e pôs em seu lugar um líder do empresariado.

A organização dos Estados Americanos, OEA, e todas as nações das Américas pronunciaram-se contra o golpe de Estado, enquanto os Estados Unidos, situando-se como exceção, apoiaram a nova situação, reconhecendo apressadamente o novo governo.

Setores majoritários das forças armadas venezuelanas, com o apoio das classes média e dos pobres, reconduziram o presidente Chavez ao poder. O Brasil teve um papel decisivo, ajudando o governo venezuelano a superar as dificuldades econômicas e institucionais.

Na Bolívia, há coisa de dois meses, setores do campesinato, inclusive índios, rebelaram-se contra o governo Gonzalo Sánchez de Lozada. A faísca da rebelião foi a decisão oficial de vender gás natural boliviano aos Estados Unidos através de portos chilenos, localizados em áreas tomadas pelo país andino à Bolívia, em guerra travada no século dezenove.

Os Estados Unidos apressaram-se em apoiar o governo boliviano, enquanto a Argentina e principalmente o Brasil, conhecendo a profundidade da revolta popular, quedaram-se em posição de expectativa.

A crise agravou-se e o presidente apoiado por Washington renunciou, asilando-se nos Estados Unidos, enquanto o vice-presidente, Carlos Mesa, assumia e anunciava relações estreitas com o Brasil e Argentina.

Os dois episódios, o da Venezuela e o da Bolívia, revelam uma transferência para a América do Sul do eixo das grandes decisões internacionais que dizem respeito a esta parte do mundo, ao contrário do que acontecia no passado, quando os norte-americanos decidiam o que devia ser feito, e quando devia ser feito, na América do Sul.

Os governos do Brasil e da Argentina, legitimamente eleitos, afinados em matéria de política internacional, inviabilizam, de agora em diante, a velha política de jogar país contra país, posta em prática durante tanto tempo. Enquanto aumenta a ingerência dos Estados Unidos no Oriente Médio e na Ásia, inclusive com ações militares de grande porte, diminui essa mesma ingerência na América do Sul.

Tomara que continue assim, porque a América do Sul forma um todo homogêneo, com afinidades incontáveis. É muito mais provável, de agora em diante, que o processo democrático se aperfeiçoe, desde que seja reduzida a gravidade das questões sociais.

Hoje, a América do Sul vive um novo tempo, com novas decisões internacionais.